

RESOLUÇÃO ARPE N.º 011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009

Institui o Código de Ética da Agência De Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE e dá outras providências.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a importância que tem o Código de Ética na orientação da conduta profissional de todas as pessoas que atuam na Agência para a construção de relacionamentos duradouros com seus diferentes públicos;

CONSIDERANDO que o Código de Ética traduz o propósito da alta administração e de todos os servidores, de que a ARPE cumpra os valores, as regras e as políticas que agregam valor para a consolidação da sua imagem positiva perante a sociedade; e

CONSIDERANDO ser imprescindível que os valores e princípios nele descritos, sejam praticados por todos na realização das atividades e que as ações e decisões sejam sempre por ele orientadas no cumprimento da Missão institucional,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Anexo Único, Código de Ética desta Agência de Regulação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 24 de novembro de 2009.

RANILSON BRANDÃO RAMOS
Diretor Presidente

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

EVANDRO JOSÉ DE VASCONCELOS LIMONGI
Diretor de Regulação Técnico-Operacional

IVAN RODRIGUES DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro

ANEXO ÚNICO

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética da **Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE** tem por finalidade, consolidar os valores orientadores das relações internas e externas da Instituição e é um imperativo balizador da conduta profissional e das atitudes morais consideradas adequadas e corretas.

Este Código contém as normas éticas que devem pautar o comportamento dos servidores em geral, sejam eles diretores, conselheiros ou outros cargos em comissão ou de provimento efetivo, além dos estagiários e demais profissionais que prestem algum serviço à ARPE, seja de natureza permanente, temporária excepcional ou eventual, tornando-se parte integrante dos seus deveres assumidos para com a Instituição.

OBJETIVOS

São objetivos desse Código de Ética:

- a) Definir e difundir os princípios e valores éticos da Instituição para que os servidores exerçam as suas funções em conformidade com os padrões estabelecidos e para que se possa fortalecer a confiança da sociedade na integridade e transparência das suas ações;
- b) Tornar claro às pessoas físicas e jurídicas, a importância de se observar às regras de conduta ética em qualquer atividade ou relacionamento profissional que desejem manter com a ARPE;
- c) Promover e estimular o conhecimento dos princípios éticos fixados em legislação e neste Código de Ética, de modo a prevenir transgressões;
- d) Instruir quanto às sanções ou penalidades que acarretarão o seu descumprimento.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS E VALORES ÉTICOS

Cada indivíduo tem o seu próprio padrão de crenças e valores. Por isso, torna-se imperativo que cada servidor faça a sua reflexão, de modo a compatibilizar valores individuais com os princípios éticos defendidos pela Agência, objetivando a consolidação da imagem da ARPE, a defesa dos princípios democráticos e o comprometimento com a sua Missão.

São princípios e valores éticos da Instituição:

- a) Estimular a participação efetiva dos cidadãos nos processos de regulação e buscar o diálogo permanente com os diferentes públicos, com ênfase na importância da probidade administrativa;

- b) Proporcionar aos servidores um ambiente interno motivador, de valorização do capital humano, estímulo ao desenvolvimento profissional e pessoal, criando oportunidades para o aprendizado contínuo com conhecimentos e tecnologias compartilhadas;
- c) Defender a autonomia institucional;
- d) Preservar a excelência técnica nas ações regulatórias;
- e) Pautar as decisões em valores universais e organizacionais incorporados por todos e em princípios justos, legais e pertinentes;
- f) Atuar com foco na missão e na visão e, com resultados eficientes e eficazes, perseguir a excelência funcional;
- g) Valorizar o caráter educativo das ações regulatórias, com responsabilidade social e ambiental;
- h) Proteger o sigilo e a segurança das informações a que se tem acesso no exercício das diferentes atividades;
- i) Preservar o patrimônio intelectual, tecnológico e material da Agência;
- j) Manter a reserva em declarações públicas, comentários, opiniões ou pareceres sobre questões internas da ARPE;
- k) Agir imparcialmente nas ações regulatórias;
- l) Observar a prevalência do interesse público sobre o particular de forma a defender o patrimônio, a imagem e os objetivos da Instituição;
- m) Agir sem discriminação ou concessão de privilégios de qualquer natureza, pautando-se na legislação, no estatuto vigente e nas diretrizes deste Código;
- n) Posicionar-se, sem receio, contra qualquer ato que configure desvio de conduta ética ou legal, sem que isto se configure em quebra da hierarquia da Agência;
- o) Utilizar os recursos tecnológicos e de comunicação da ARPE de forma estritamente profissional, interna e externamente;
- p) Preservar o tratamento cordial e ético com os diferentes públicos de relacionamento da Agência, mantendo a boa imagem e a credibilidade institucional.

COMISSÃO DE ÉTICA

- I. A Comissão de Ética da ARPE será integrada por três servidores titulares e três suplentes, designados por meio de portaria expedida pela Diretoria, para um mandato de dois anos.
- II. A identificação do impedimento ou suspeição de seus membros terá como parâmetro o estabelecido nos arts. 18 e 20 da Lei Estadual nº 11.781 de 06 de junho de 2000, que disciplina o Processo Administrativo no âmbito estadual.
- III. Não poderão integrar a Comissão de Ética, servidores que forem entre si parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau inclusive.

- IV. A Comissão de Ética se reunirá sempre que for necessário analisar e deliberar sobre consultas, denúncias e representações formuladas contra agentes públicos por violação às normas deste Código, bem assim sobre outros assuntos relacionados à ética de que tenha tido ciência.
- V. Qualquer servidor poderá, a qualquer tempo, mediante a apresentação de razões que justifiquem a relevância e a urgência, solicitar reunião da Comissão de Ética.
- VI. A Comissão de Ética será incumbida de fornecer à Área de Recursos Humanos da ARPE os registros sobre as infrações dos servidores ao código de Ética.
- VII. A Comissão de Ética também atuará como órgão de consulta que possibilite o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à correção ética de condutas específicas.
- VIII. As mudanças propostas para este Código somente poderão ser aprovadas após serem submetidas à consulta de todos os servidores da Agência.
- IX. Os procedimentos e o apoio administrativo da Comissão de Ética deverão ser detalhados em Regimento Interno próprio, aprovado pela Diretoria da ARPE, o qual deverá também tratar dos casos omissos neste Código no que diga respeito ao funcionamento da Comissão.
- X. Caberá à Comissão de Ética, propor à Diretoria da ARPE, a análise e aplicação de uma das sanções previstas neste Código de Ética quando constatada alguma transgressão.

DO DESCUMPRIMENTO

Violar as normas contidas neste Código de Ética sujeitará seus infratores, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei, às seguintes penalidades, conforme a gravidade:

- a) Censura ética;
- b) Suspensão;
- c) Abertura de sindicância;
- d) Dispensa da função de confiança, se for o caso;
- e) Desligamento do servidor da Agência;
- f) Restituição do servidor ou empregado cedido, ao seu órgão de origem, com a devida comunicação, ao seu empregador direto, das razões que embasaram tal ato;
- g) Substituição do empregado de contratada terceirizada, com a devida comunicação ao seu empregador direto, das razões que embasaram tal ato.

Todas as penalidades acima serão recomendadas pela Comissão de Ética e encaminhada para análise e deliberação da Diretoria da Agência.

Em qualquer caso de afronta às normas éticas estabelecidas neste Código será ouvido o agente público que poderá apresentar justificativa ou defesa, o que será apreciado pela Comissão de Ética.

Da decisão ou recomendação da Comissão de Ética sobre qualquer das penalidades caberá recurso ao presidente da Agência, devidamente motivado e apresentado, por escrito, no prazo máximo de cinco dias úteis contados do conhecimento do ato recorrido.